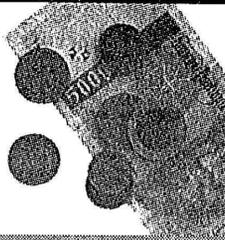


Consumo



Importa que a Europa electrónica do futuro não deva perder de vista a perspectiva cultural, socialmente responsável e preocupada com as necessidades das famílias e das restantes instituições

O comércio electrónico

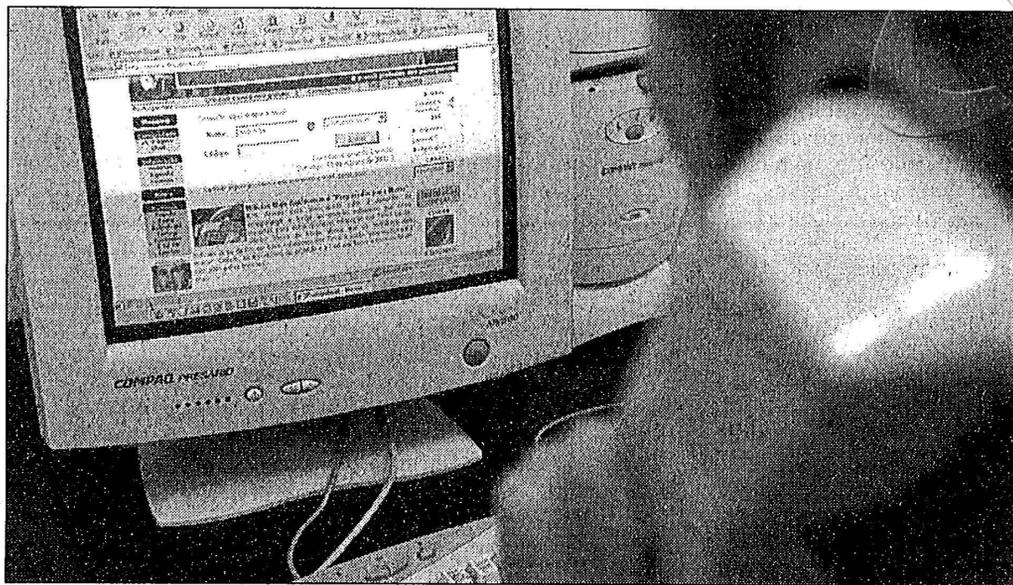
BEJA SANTOS
COLABORADOR



Inicialmente concebida como instrumento de estratégia militar e depois como rede universitária de transferência de saberes, a Internet não pára de nos surpreender nas suas sucessivas aplicações enquanto media electrónica e canal de distribuição entre empresas e distribuidores.

Quer os media, quer os decisores políticos europeus defendem esta evolução de modo intenso, justificando o esforço, por forma a posicionar a União Europeia ao nível da competitividade com os EUA. No tocante à salvaguarda dos interesses dos consumidores, convém sopesar os argumentos favoráveis às vantagens desta tecnologia electrónica da comunicação, não deixando na penumbra uma série de inquietações, como se passa a referir.

Primeiro, a quase indescritível explosão desta nova tecnologia contém ingredientes suficientes para alargar o fosso entre ricos e pobres, entre países do Norte e do Sul. Não é ainda correcto dizer-se de forma categórica que os computadores pessoais e os seus respectivos programas de aplicação, a Internet, o telemóvel e a sua vasta gama de serviços sejam perfeitamente conviviais. E bom não



esquecer que a facilidade de utilização e a segurança dos interfaces utilizador-tecnologias deixam muito a desejar, bem como as inovações tecnológicas propostas aos consumidores, que se desenvolvem a um ritmo acelerado. Tal ritmo revela-se dispendioso em tempo e dinheiro.

Segundo, não nos podemos abstrair de que há um reflexo no chamado comércio tradicional. Decorrente da interpenetração das economias, as alianças estratégicas entre empresas, as concentrações multinacionais e o modelo de gestão económica agravam os problemas em matéria de logística "de

proximidade". Há sectores de actividade em crescente vulnerabilidade, como as livrarias, lojas de discos, perfumarias e uma vasta gama de serviços de proximidade (ou seja, geograficamente próximos dos consumidores). É de prever que a pequena e a média distribuição alimentar serão profundamente afectadas. Ainda não se pode avaliar o que tal evolução significará para a estrutura de emprego.

Terceiro, nem tudo são manifestas facilidades no comércio electrónico através da Internet. As informações "on-line" são muitas vezes incompletas, os preços frequentemente superiores aos prati-

cados pelo comércio local, os prazos de entrega por vezes absurdamente longos. Os procedimentos de reclamação são complicados e, para os consumidores, a situação jurídica peca por falta de clareza. Em muitos casos, as prestações de serviços no estrangeiro não são possíveis. Por exemplo, os bancos "on-line" reservam as suas ofertas e serviços aos cidadãos dos seus próprios países, e nada mais. O enquadramento legal existente é frágil: a legislação referente às vendas à distância não se aplica aos contratos do sector do turismo ou a serviços financeiros; a legislação relativa ao comércio electrónico só

parcialmente contempla uma protecção elevada para os consumidores e, por exemplo, no tocante à publicidade "on-line", no regulamento "opt-out" (uma pessoa que não deseja receber tal publicidade pode registar-se numa lista), os princípios de protecção ainda não são praticáveis, nem o serão tão cedo.

Quarto, a protecção dos dados pessoais continua a não dispor de um quadro legal satisfatório. A legislação relativa ao comércio electrónico não dá uma resposta categórica à questão da exploração comercial dos dados referentes aos utilizadores, e esta situação afecta igualmente as relações entre a Europa e os EUA.

Então, e não actualidade, que reivindicam, sobretudo, os consumidores? Importa fazer uma análise aprofundada das consequências socioeconómicas do comércio electrónico. Igualmente, é de toda a conveniência a elaboração de medidas e de programas susceptíveis de compensar as consequências negativas desta "electronização" do real: não basta orientar, à custa de campanhas mediáticas e políticas, o comportamento de informação e de consumo na direcção tecnológica ou económica desejadas. Subsistindo lacunas, importa que a Europa electrónica do futuro não deva perder de vista a perspectiva cultural, socialmente responsável e preocupada com as necessidades das famílias e das restantes instituições.

A propósito de...

Cuidado com as dietas

EMÍLIO PERES *

Felizmente que as pessoas estão mais cuidadosas e já nem tantas como antes embarcam em dietas selvagens.

Passamos em revista as recomendações dietéticas a que os especialistas dão mais atenção:

1ª - Beber generosamente água, água com sumo de limão, chá, infusões de ervas e um ou outro café, tudo sem açúcar ou mel. Uma boa hidratação faz boa pele, dá saúde aos rins, confere bem-estar, reduz apetites e atrasa a necessidade de voltar a comer.

2ª - Bebidas quentes (chá no fim da refeição), água com limão antes de comer e líquidos durante a refeição são truques muito úteis para comer menos. É mentira que a água às refeições engorde (pelo contrário). Pela mesma razão, abrir o almoço e o jantar com uma grande porção de sopa de hortaliça reduz a necessidade de comer do resto e satisfaz.

3ª - Para além da favorável água de constituição, os vegetais são ricos de nutrientes bio-reguladores e protectores. Por tal razão, é recomendável comer sopa, saladas ou hortaliça cozida, em abundância ao almoço e ao jantar. Ou, em alternativa, melão ou meloa de abrir essas refeições. De qualquer maneira, quando a dieta durar mais de um

mês, é conveniente tomar diariamente um comprimido de um complexo vitamínico-mineral equilibrado e completo.

4ª - Hortaliças e legumes são nutricionalmente muito ricos e caloricamente muito pobres: enchem muito e "não engordam". Mas o corpo precisa de calorias provenientes de amido e, também, de açúcares naturais. Por isso, ao almoço e ao jantar, é indispensável uma batata média, ou 3 a 4 colheres das de sopa de outros acompanhamentos amiláceos: arroz, puré, feijão, ervilha, farinha de pau, etc. Pela mesma razão, ao primeiro-almoço e às refeições (merendas e ceia) nunca deve comer-se menos de 20g de pão (meio pãozinho).

5ª - Para manter a cabeça a trabalhar, dar ao corpo energia para viver, realizar algum exercício (indispensável para emagrecer bem) e chegar ao fim da dieta com aspecto rejuvenescido, e não com peles a cair, o nível de glicose no sangue deve manter-se satisfatoriamente. Para isso é necessário: comer amiláceos (de que falámos no nº 4); comer a horas certas, a intervalos máximos de 3 horas enquanto durar a dieta; comer fruta ao primeiro-almoço e numa e noutra refeição do colação. Aguentar muitas horas sem comer origina fome de docinhos e chocolates.

6ª - Doçura não entra numa dieta para emagrecer. Mas gordura também não, a não ser a indispensável. Por isso, folhados, fritos, assados em gordura, maionese e outros molhos gordos, chocolates, manteiga e margarina, cremes de barrar, pastelaria industrial e tostas e bolachas com mais de 50% de gordura (ver o rótulo) não podem entrar na dieta. Cozinhe-se magro e tempere-se com muita parcimónia (uma colher de chá de azeite para cozinhar ou temperar cada coisa já chega). Gordura é o inimigo nº 1.

7ª - Cozinha agradável e muito variada, ervas aromáticas e especiarias, molhos modernos magros, vinagres e sumo de limão são truques para a dieta poder manter-se sem causar danos.

8ª - É prudente não comer menos de 60 a 100 gramas limpas de carne ou de peixe por refeição. É indispensável beber 0,5 a 0,75 litros de leite por dia ou comer iogurte correspondente (4 a 6).

9ª - Defecar todos os dias é bom. Com boa hidratação, pão integral, hortaliça abundante e suficiente fruta, é quase certo. Se não bastar, dois quívís em jejum operam milagres.

10ª - Perder mais de cinco quilos por mês significa que alguma coisa não corre bem.

(* Médico endocrinologista)

Noticiário europeu

Reciclagem de automóveis

Anualmente, entre 8 a 9 milhões de viaturas ficam fora de uso, gerando, em consequência, cerca de 8 a 9 milhões de toneladas de resíduos. Estima-se em cerca de 93% o número de veículos que recolhe a um "cemitério", e cerca de 7% ficam ao abandono, constituindo um autêntico quebra-cabeças para as autarquias.

Até ao presente, a reciclagem de uma viatura não ultrapassa, em média, cerca de 75% do seu peso (os seus componentes metálicos) e os resíduos das baterias, óleos, revelam-se perigosos, caso sejam depositados em aterros, pois vão contaminar o solo e as águas subterrâneas.

Vai para 10 anos que as instituições comunitárias estão a trabalhar na procura de uma solução equitativa e, em Julho de 1997, a Comissão Europeia apresentou uma proposta de Directiva, "Veículos fora de uso", cujo objectivo é o de prevenir a dispersão no ambiente de substâncias poluentes provenientes de veículos que já não circulam e de encorajar a reutilização e a reciclagem

dos seus componentes. De acordo com este projecto, pensa-se alcançar uma taxa de reutilização de 85% do peso do veículo até 2005, e de cerca de 95% em 2015. No tocante aos metais pesados, o Parlamento Europeu reivindica normas mais severas, propondo a proibição de incinerar ou de lançar nos aterros metais como o mercúrio, chumbo ou cádmio (o Parlamento Europeu decidiu diferir em 18 meses a entrada em vigor da legislação para os veículos novos).

O princípio que conduz à adopção desta Directiva é o do "poluidor-pagador". De acordo com este princípio, prevê-se que os fabricantes deverão ter a seu cargo a totalidade ou parte significativa do custo da reciclagem do parque automóvel. A Comissão Europeia calcula que o custo previsto deverá oscilar entre 4 a 20 contos, ou seja, menos de 1%, do preço de uma viatura nova.

Para facilitar a desmontagem dos veículos com vista à sua reciclagem, as informações pertinentes deverão ser prestadas sob a forma de manuais, CD-ROM ou serviço "on-line".